

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Estado, políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil

Leonardo Xavier da Silva
Organizador



© dos autores

1.^a edição: 2024

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coordenação da Série:

Leonéia Hollerweger, Tanara Forte Furtado e Marcello Ferreira

Coordenação da Editoração: Leonéia Hollerweger e Ely Petry

Revisão: Equipe de Revisão da SEAD

Capa: Laura Trescastro da Silveira, Ely Petry, Bruno Assis e Tábata Costa

Editoração eletrônica: Laura Trescastro da Silveira

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



E79 Estado, políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil [recurso eletrônico] / organizador Leonardo Xavier da Silva ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2024.
191 p. : pdf

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Estado. 4. Política agrícola. 5. Desenvolvimento econômico. I. Silva, Leonardo Xavier da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. III. Série.

CDU 631:330.34(81)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-110-2

Sumário

Prefácio	6
1. O Estado	11
<i>Leonardo Xavier da Silva e Marcelino de Souza</i>	
2. Estado, macroeconomia e políticas públicas	31
<i>Leonardo Xavier da Silva e Marcelino de Souza</i>	
3. Estado e políticas públicas no Brasil democrático: políticas de combate à inflação, processo de desestatização, Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto de gastos	65
<i>Leonardo Xavier da Silva e Marcelino de Souza</i>	
4. Estado brasileiro e agricultura no longo processo de estabilização de preços	93
<i>Leonardo Xavier da Silva e Tanice Andreatta</i>	
5. Política agrícola: histórico e formação do padrão de financiamento da agricultura brasileira	119
<i>Angélica Massuquetti e Leonardo Xavier da Silva</i>	
6. Política agrícola brasileira do fim do século XX ao início dos anos 2020	159
<i>Angélica Massuquetti e Leonardo Xavier da Silva</i>	

Prefácio

É inegável a intervenção do Estado nos processos decisórios das sociedades do mundo todo. Através do uso de políticas públicas, os governos influenciam e, muitas vezes, procuram direcionar o comportamento das pessoas no sentido de, em princípio, garantir o bem comum. As políticas econômicas, por exemplo, são implantadas no cotidiano dos países com o intuito de serem atingidos objetivos como o crescimento econômico, ou o combate à inflação, ou, ainda, a geração de emprego. Tal interferência ocorre como resposta às demandas apresentadas pela sociedade.

Reconhecendo essa realidade referente ao Estado, o projeto pedagógico do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), propõe a disciplina Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil (DERAD 201), cujos objetivos

são capacitar o estudante a compreender a lógica da ação pública, bem como ensiná-lo a operar os instrumentos de política pública na inter-relação entre as várias instâncias de governo, visando ao desenvolvimento local e regional. Dessa forma, com a finalidade de atender às necessidades evidenciadas na estrutura curricular do PLAGEDER, a disciplina DERAD 201 está estruturada em quatro módulos que, neste livro, se transformaram em capítulos. Seu conteúdo tem origem no livro anterior da série EAD Estado e Políticas Públicas (DERAD 010), tendo sido, de toda forma, revisto, atualizado e adaptado ao perfil da disciplina atual. O conteúdo desses capítulos teve na ciência econômica sua principal fonte de argumentação.

No capítulo 1, em razão do próprio título da disciplina, são feitas a descrição e a interpretação do que é Estado e, a seguir, de suas formas de inserção na sociedade. O período inicial para essa discussão é o século XVIII, quando se constituiu o que se chama de Estado Moderno. As três interpretações de Estado e de suas conseqüentes políticas de intervenção na economia expostas nesse capítulo são baseadas, primeiro, na visão liberal (inspirada em Smith), segundo, na visão marxista e, por último, na visão keynesiana.

O capítulo 2 tem como mote, a partir do pressuposto da intervenção do poder público na economia, a descrição das prioridades elencadas pelo Estado, ou seja, os objetivos de política macroeconômica estabelecidos pelo Estado. Nessa perspectiva, são expostos os instrumentos de política macroeconômica empregados para que os objetivos possam ser atingidos, bem como são interpretados seus usos, de acordo com a prioridade definida pelo poder público.

O capítulo 3 traz à evidência questões relativas ao Estado brasileiro, políticas de combate à inflação e transformações econômicas recentes. Na esteira de tal discussão, insere-se o debate da agricultura brasileira no que tange à sua participação na economia do país e às políticas públicas para a promoção da agricultura.

O capítulo 4 apresenta a questão da produção de alimentos e o processo de estabilização dos preços no Brasil. Para encerrar, são feitas uma apresentação e uma interpretação do desempenho recente da agricultura brasileira.

O capítulo 5 trata da política agrícola brasileira. Nesse sentido, caracteriza-se o padrão de financiamento da agricultura brasileira, em seu processo de evolução, de acordo com o contexto econômico do país. Há um detalhamento da discussão sobre os objetivos e os instrumentos de política agrícola desde o surgimento do financiamento agrícola brasileiro até o último quartel do século XX.

O capítulo 6, enfim, aborda questões relativas ao crédito agrícola e seus incrementos dentro do sistema nacional de crédito rural desde o fim do século XX até as duas décadas iniciais do século atual. Há a apresentação de novas linhas de crédito, destacando-se a ascensão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pro-naf), até linhas de créditos dirigidas para produção agrícola de baixo carbono (Plano ABC).

Concluindo esta exposição inicial, quero exprimir minha gratidão aos professores Marcelino de Souza, Tanice Andreatta e Angélica Massuquetti por terem se encarregado, em diferentes momentos, da organização e da elaboração dos conteúdos da disciplina e das demais

atividades, como a confecção e a revisão deste livro. Não tenho dúvidas de que a construção da disciplina Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil somente se concretizou porque esses educadores despenderam sua competência com esse objetivo.

Finalmente, porém não menos importante, eu gostaria de agradecer a meus prezados colegas que nessa disciplina se empenharam como educadores comprometidos com os estudantes do PLAGEDER e que, nessa missão, assumiram o papel de tutores a distância: Alessandra Matte, Camila Horst Toigo, Dina Ferreira de Souza, Elvis Albert Robe Wandsheer, Gabriel Moresco, Gabriella Rocha de Freitas, Giana de Vargas Mores, Lillian Bastian, Luana Rosado Emil, Sarita Mercedes Fernandez. Suas contribuições para o andamento da disciplina, a distância ou *in loco*, foram fundamentais para sua conclusão. Os professores encontraram nesses tutores a confiança necessária para exercer as desafiadoras atividades deste curso aberto e a distância.

O Organizador